Instituto para a Gestão das Lojas do Cidadão

Despacho (extracto) n.º 7925/2005 (2.ª série). — Por deliberação da direcção do IGLC — Instituto para a Gestão das Lojas do Cidadão, foi aceite o pedido para fazer cessar a sua requisição à Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros do especialista de informática de grau 2, nível 2, José Emílio do Rosário Ramalhete Ribeiro. A cessação da requisição produz efeitos a partir de 27 de Março de 2005.

21 de Março de 2005. — O Presidente, Carlos António Gomes

Despacho (extracto) n.º 7926/2005 (2.ª série). — Por deliberação da direcção do Instituto para a Gestão das Lojas do Cidadão e nos termos do n.º 5 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, foi requisitada à Direcção-Geral de Transportes Terrestres, para o desempenho de funções no Departamento Administrativo e Financeiro do Instituto para a Gestão das Lojas do Cidadão, a chefe de secção Maria Ilda Antunes Grencho Marquês Correia, com efeitos reportados a 21 de Março de 2005.

23 de Março de 2005. — O Presidente, Carlos António Gomes Mamede.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Despacho conjunto n.º 302/2005. — Nos termos do disposto nos n.ºs 1, 4 e 5 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, no n.º 7.º do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 48/94, de 24 de Fevereiro, e no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 344/91, de 17 de Setembro, determinamos que o ministro plenipotenciário de 2.ª classe do quadro n.º 1 do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pessoal diplomático, Nuno Filipe Alves Salvador e Brito seja nomeado para o cargo de director-geral dos Assuntos Comunitários, indo ocupar a vaga resultante da cessação de funções do ministro plenipotenciário de 2.ª classe Manuel Lobo Antunes, conforme despacho conjunto desta data.

O funcionário é nomeado para o exercício do referido cargo por possuir reconhecida aptidão e experiência profissional adequada, conforme *curriculum vitae* em anexo.

14 de Março de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.* — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Diogo Pinto de Freitas do Amaral.*

Curriculum vitae

Nasceu em 5 de Agosto de 1959, em Gabela, Angola.

Licenciado em Direito (Ciências Jurídicas) pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa.

Aprovado no concurso de admissão aos lugares de adido de embaixada, aberto em 18 de Março de 1983; adido de embaixada, na Secretaria de Estado, em 12 de Março de 1984; terceiro secretário de embaixada, em 27 de Outubro de 1986; segundo secretário de embaixada, em 15 de Abril de 1987; na Embaixada em Washington, em 12 de Setembro de 1987; na Secretaria de Estado, em 9 de Junho de 1993; no Gabinete do Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 2 de Agosto do mesmo ano; conselheiro de embaixada, em 4 de Outubro de 1994; chefe do Gabinete do Secretário de Estado da Defesa, em 28 de Outubro de 1995; na Representação Permanente junto da Nações Unidas, em 20 de Janeiro de 1997; representante permanente adjunto, em 26 de Abril de 1999; representante alternante no Conselho de Segurança das Nações Unidas, de 20 de Janeiro de 1997 a 31 de Dezembro de 1998; representante alternante na 52.ª, 53.ª, 54.ª, 55.ª e 56.ª sessões da Assembleia Geral das Nações Unidas; representante adjunto no Conselho Económico e Social das Nações Unidas de Janeiro a Junho de 2002; ministro plenipotenciário de 2.ª classe, em 26 de Março de 2002; assessor diplomático do Primeiro-Ministro, em 2 de Julho de 2002

Grande Oficial da Ordem do Mérito, da República da Hungria.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 7927/2005 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 84.º da Lei n.º 5/99, de 27 de Janeiro, dou por finda, a seu pedido, a comissão de serviço da licenciada Maria Teresa

Nóbrega e Silva Caupers no cargo de directora nacional-adjunta da Polícia de Segurança Pública.

1 de Abril de 2005. — O Ministro de Estado e da Administração Interna, *António Luís Santos Costa*.

Despacho n.º 7928/2005 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 83.º da Lei n.º 5/99, de 27 de Janeiro, dou por finda, a seu pedido, a comissão de serviço do juiz desembargador José Manuel Branquinho de Oliveira Lobo no cargo de director nacional da Polícia de Segurança Pública.

1 de Abril de 2005. — O Ministro de Estado e da Administração Interna, *António Luís Santos Costa*.

Governo Civil do Distrito de Castelo Branco

Aviso n.º 3990/2005 (2.ª série). — Para os devidos efeitos se torna público que, nos termos do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 252/92, de 19 de Novembro, na redacção do Decreto-Lei n.º 213/2001, de 2 de Agosto, conjugado com despacho do Ministério da Administração Interna de 20 de Junho de 2003 (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 163, de 17 de Julho de 2003), por despacho da governadora civil de Castelo Branco, foi exonerado a seu pedido do cargo de chefe do Gabinete de Apoio Pessoal, com efeitos a partir de 1 de Abril de 2005, o professor do quadro da zona pedagógica de Castelo Branco António Joaquim Duarte de Carvalho.

1 de Abril de 2005. — O Secretário, Alcino Milheiro da Coste e Silva.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Despacho (extracto) n.º 7929/2005 (2.ª série). — Por despacho de 18 de Março de 2005 do subdirector do Arquivo Nacional da Torre do Tombo:

Maria da Luz Lobato Lajeira, assistente administrativa do quadro de pessoal do Arquivo Nacional da Torre do Tombo — autorizada a prorrogação da requisição neste Serviço por mais um ano, com efeitos a partir de 1 de Abril de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

31 de Março de 2005. — O Chefe do Departamento de Gestão e Administração de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho.*

Despacho (extracto) n.º 7930/2005 (2.ª série). — Por despachos de 3 e de 30 de Março de 2005, respectivamente do comandante geral da Guarda Nacional Republicana e da directora central de Gestão e Administração de Recursos Humanos do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, no uso da competência delegada:

Joaquim Manuel Vieira Torrão Rosa, soldado de cavalaria do quadro de pessoal da Guarda Nacional Republicana — autorizada a sua requisição para desempenhar funções no Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, com efeitos a partir de 18 de Março de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

31 de Março de 2005. — O Chefe do Departamento de Gestão e Administração de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho*.

Despacho (extracto) n.º 7931/2005 (2.ª série). — Por despacho de 29 de Março de 2005 do director-geral do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 30.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro:

Licenciado António Carlos de Jesus Pereira Patrício, a exercer ininterruptamente funções dirigentes desde 21 de Fevereiro de 2001 — nomeado, nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 29.º e no artigo 30.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na categoria de inspector superior de nível 2 da carreira de investigação e fiscalização, com efeitos a partir de 21 de Fevereiro de 2004, em lugar a aditar automaticamente ao quadro de pessoal, a extinguir quando vagar. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

31 de Março de 2005. — O Chefe do Departamento de Gestão e Administração de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carnello*